



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 114/2021 DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2020.

O presente projeto de resolução, de autoria dos nobres vereadores Celso Giannazi (PSOL), Adilson Amadeu (DEM), Alessandro Guedes (PT), Antônio Donato (PT), Atilio Francisco (REPUBLICANOS), Camilo Cristófaró (PSB), Cláudio Fonseca (CIDADANIA), Daniel Annenberg (PSDB), Edir Sales (PSD), Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Fábio Riva (PSDB), Gilberto Natalini (PV), Gilson Barreto (PSDB), Isac Félix (PL), Noemi Nonato (PL), Quito Formiga (PSDB), Reis (PT), Ricardo Nunes (MDB), Ricardo Teixeira (DEM), Rodrigo Goulart (PSD), Soninha Francine (CIDADANIA), Souza Santos (REPUBLICANOS), Toninho Vespoli (PSOL) e Xexéu Trípoli (PSDB), cria a Frente Parlamentar em defesa da Cinemateca Brasileira.

De acordo com o texto proposto, a referida Frente Parlamentar será composta por Vereadores que a ela aderirem voluntariamente, como membros efetivos, e representantes de classe e movimentos sociais, como membros colaboradores, com o objetivo de discutir a crise financeira e institucional da Cinemateca e estudar propostas para a sua recuperação.

A Frente Parlamentar também produzirá relatórios das atividades, com sumário das conclusões das reuniões, seminários, simpósios e encontros para divulgação ampla na sociedade.

Na exposição de motivos que acompanha o projeto de resolução, os autores explicam que "a Cinemateca Brasileira é a instituição responsável pela preservação e difusão da produção audiovisual brasileira. Tem o maior acervo da América do Sul, formado por cerca de 250 mil rolos de filmes e mais de um milhão de documentos relacionados ao cinema, como fotos, roteiros, cartazes e livros, entre outros. Nela está depositada a maior parte das imagens domésticas, filmes de todos os gêneros e bitolas, programas de TVs e jornais televisivos que o nosso país já produziu ao longo dos últimos 100 anos. Ela é a memória viva de nosso país e o testemunho da grandeza atingida por nosso cinema ao longo da sua existência. O trabalho de restauro desenvolvido pela Cinemateca foi considerado de excelência pelos principais centros especializados do mundo".

No entanto, estamos assistindo à inaceitável deterioração de suas funções que já atingiu um patamar absolutamente incompatível com a sua importância. Técnicos valiosos e especializados foram demitidos e as atividades foram reduzidas drasticamente. Entre outras coisas, isso se refletiu na subutilização dos equipamentos de ponta, fruto de vultosos investimentos, que correm o risco de sucateamento.

Nesse sentido e em razão da importância da Cinemateca Brasileira é que se propõe esta Frente Parlamentar para o regate da nossa cultura e manutenção dessa instituição.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela LEGALIDADE da propositura.

Segundo reportagem da página eletrônica do G1, os 52 funcionários da Cinemateca foram demitidos pela Associação Comunicativa Educativa Roquette Pinto (ACERP), após a entrega das chaves da instituição para a Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal. A reportagem também traz um breve relato como se chegou a essa situação (fonte: G1). Funcionários da Cinemateca são demitidos após governo federal assumir gestão do órgão. Por Glauco Araújo, Vivian Reis e Bete Pacheco. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao>

paulo/noticia/2020/08/13/funcionarios-da-cinemateca-sao-demitidos-apos-governo-federal-assumir-gestao-do-orgao.ghtml>. Publicado em: 13/08/2020). Consultado em: 04/09/2020):

Em julho, o Ministério Público Federal entrou com uma ação na Justiça contra a União por abandono da Cinemateca Brasileira. O contrato de gestão com a Acerp terminou no dia 31 de dezembro de 2019 e, desde então, não houve nova licitação.

Na ação, o MPF pediu à Justiça Federal que determinasse à União: a renovação emergencial do contrato com a Acerp, a permanência do corpo técnico e um plano de gestão para a Cinemateca durante o ano de 2020.

No último semestre, a Cinemateca foi mantida por esta equipe, agora desligada, sob gestão da Acerp, que continuou no local para não abandoná-lo, mesmo sem os salários.

Assim que assumiu o cargo de secretário de cultura, Mário Frias enviou um ofício para a Acerp solicitando que entregasse as chaves da Cinemateca.

O secretário-adjunto da secretaria do audiovisual, Hélio Ferraz de Oliveira, pegou as chaves na sexta-feira, escoltado por integrantes da Advocacia Geral da União (AGU) e da Polícia Federal.

(...) O governo federal e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) divergem sobre o fim do contrato para gestão da instituição. Embora a secretaria especial de cultura diga que o vínculo não existe há mais de seis meses, a Acerp afirma que foi ela quem cuidou do local neste período e que o acordo vai até 2021.

(...) O Ministério Público Federal (MPF) interveio no imbróglio por meio de uma investigação e identificou que em 2018 não foi assinado um segundo contrato para a Cinemateca, mas um adendo ao contrato com o MEC, de modo que não há mais vínculo jurídico entre a OS e o governo desde dezembro de 2019.

O MPF, no entanto, reconheceu que mesmo sem o dinheiro previsto para a Acerp em 2020, a OS continuou mantendo, "na medida do possível e com muita dificuldade, a gestão e administração da Cinemateca, para evitar a sua destruição e perda do seu acervo".

Pelo exposto acima e tendo em vista a relevância da matéria e o elevado interesse público, quanto aos aspectos a serem analisados no âmbito deste colegiado, a Comissão de Administração Pública manifesta-se favorável ao projeto de resolução.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 07/04/2021.

Gilson Barreto (PSDB) - Presidente

Arselino Tatto (PT) - Relator

Edir Sales (PSD)

Erika Hilton (PSOL)

Milton Ferreira (PODE)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 09/04/2021, p. 81

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.